

**Título:**

Entre o discurso e o greenwashing: A contradição do Plano de Ação Climática de Porto Alegre com as políticas públicas voltadas à gestão de resíduos e catadores de materiais recicláveis

**Autores:**

Lisia Isabela Rassier de Andrade (Nome social: Li Rassier de Andrade)

Marcelo Kunrath Silva

Camille Soares Tocchetto

**Resumo:**

A formulação e a implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas têm ganhado cada vez mais destaque nos âmbitos global e local. Em Porto Alegre, o Plano de Ação Climática (PLAC) foi apresentado como uma estratégia para transformar a cidade em um território de baixo carbono, sustentável e socialmente justo. No entanto, observa-se uma significativa desconexão entre o discurso e a prática: na realidade, o PLAC tem se configurado, em grande parte, como uma ação de greenwashing, promovendo uma imagem de “sustentabilidade” que não se traduz em ações concretas de inclusão social, especialmente no que se refere aos principais agentes da cadeia de reciclagem, os catadores de materiais recicláveis.

Este artigo analisa de que forma o PLAC aborda o papel dos catadores, considerando sua inserção na realidade municipal e as ações propostas pela Prefeitura. A pesquisa evidencia uma profunda incoerência por parte do governo municipal, que, ao negociar uma Parceria Público-Privada (PPP) para a gestão de resíduos sem incluir os catadores no processo decisório, contradiz não apenas as diretrizes estabelecidas no próprio plano, mas também diversas legislações que garantem a inclusão e valorização desses trabalhadores, além da promoção da educação ambiental entre a população.

**Título:**

Entre o discurso e o greenwashing: A contradição do Plano de Ação Climática de Porto Alegre com a realidade de catadores de materiais recicláveis.

**Resumo expandido:**

A formulação e implementação de políticas públicas para enfrentamento das mudanças climáticas vêm ganhando destaque no cenário global e local. Em Porto Alegre, o Plano de Ação Climática (PLAC) foi apresentado como uma estratégia para transformar a cidade em um território de baixo carbono, sustentável e socialmente justo. No entanto, há uma desconexão entre o discurso e a prática: o PLAC se configura, em grande medida, como uma ação de **greenwashing**, promovendo uma imagem de “sustentabilidade” sem garantir a efetiva inclusão social dos principais agentes da cadeia de reciclagem, os catadores de materiais recicláveis.

Enquanto o PLAC reconhece a importância dos catadores para a gestão adequada dos resíduos e para a mitigação dos impactos ambientais, a atual proposta de Parceria Público-Privada (PPP) para a gestão dos resíduos em Porto Alegre ignora sua participação, desconsiderando práticas historicamente consolidadas de inclusão produtiva e justiça ambiental através da reciclagem popular. Essa contradição explicita um tensionamento fundamental entre as políticas climáticas e o corporativismo, especialmente a partir dos processos de exclusão social no contexto de emergência climática e ambiental.

**Objetivo:**

A pesquisa tem como objetivo analisar de que forma o PLAC se refere aos catadores de materiais recicláveis e como a gestão municipal, na prática, atua em relação a esses trabalhadores. Ainda, o artigo busca compreender as relações do corporativismo com as supostas políticas de transição para um modelo de cidade sustentável.

**Metodologia:**

O estudo consistiu em uma análise documental do Relatório Final do PLAC, focando nas metas, eixos e ações que fazem referência direta ou indireta aos catadores de materiais recicláveis; da Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. A análise concentrou-se, principalmente, na Meta 6 e nas Ações 9 e 10 do PLAC, além das recomendações finais do Plano.

## Resultados:

O Plano de Ação Climática reconhece explicitamente a importância dos catadores como agentes fundamentais na ampliação da reciclagem e na melhoria da gestão de resíduos sólidos. O documento propõe, entre outras metas, elevar o percentual de resíduos tratados de 3,2% (2019) para 70% até 2050, por meio de ações como a ampliação da coleta seletiva e a qualificação das Unidades de Triagem (UTs).

A Ação 10 destaca a necessidade de reformar o modelo atual de gestão das UTs com participação efetiva dos catadores, considerando o impacto social de eventuais realocações de unidades. A Ação 9 propõe otimizar o sistema de gerenciamento de resíduos, enfrentando descartes irregulares e ampliando a coleta seletiva.

Entretanto, o artigo denuncia que, na prática, o governo municipal vem negociando uma Parceria Público-Privada (PPP) para a gestão total dos resíduos, excluindo os catadores do processo decisório, em contrariedade aos princípios participativos estabelecidos no PLAC e a diversas legislações nacionais e locais. Nesse contexto, diversas empresas, aliadas ao governo municipal e apoiadas pelas mídias tradicionais, ganham destaque na disputa pela assunção dos serviços públicos.

## Referências:

**BRASIL.** Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

**BRASIL.** Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 2010.

**PORTO ALEGRE.** Plano de Ação Climática de Porto Alegre (PLAC). Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2021.

**PORTO ALEGRE.** Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2017.

**PORTO ALEGRE.** Lei Complementar nº 755, de 13 de janeiro de 2015. Institui o Programa de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis no Município de Porto Alegre e dá outras providências. *Diário Oficial de Porto Alegre*, Porto Alegre, RS, 14 jan. 2015.